

A OPINIÃO

ANO LXXXVII

N.º 88 (Nova Série)

18 DE NOVEMBRO DE 1974

PREÇO : 5500



O ESTADO E A ACTIVIDADE ECONÓMICA

A EVOLUÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA

por JOSÉ GOMES

Nem sempre os problemas económicos são acessíveis a todos, e pelo século de fascismo amoleceu em muitos a curiosidade e interesse pelos assuntos sociais. Há que criar uma nova mentalidade e esperamos que o nosso contributo seja válido.

O que pretendemos com este e outros artigos, anteriores ou futuros, do mesmo género, é, antes de mais, despertar a atenção para alguns problemas que no momento são importantes, procurando enquadrá-los na sua «razão de ser» para que sejam melhor compreendidos, e mostrar que é possível construir um novo Portugal. Que as nossas sugestões de política económica produzam uma atenção sobre linhas de rumo, outro voto que formulamos.

Que cada um de nós saiba mais claramente, depois de ler um artigo, qual o inimigo principal e como combatê-lo!

«As contradições do imperialismo aceleram a transformação do capitalismo de monopólio em capitalismo monopolista de Estado. Ao reforçar o poder dos monopólios na vida nacional o capitalismo monopolista de Estado reúne o poder dos monopólios ao do Estado num mecanismo único destinado a salvar o regime capitalista, a aumentar ao máximo os lucros da burguesia imperialista pela ex-

ploração da classe operária e a pilhagem de largas camadas da população» (NRI 12/60 — Conferência de Partidos Comunistas)

Capitalismo monopolista

1. É bem claro que nos países de apropriação privada dos meios de produção há muito deixou de existir como elemento determinante a pequena actividade económica baseada numa técnica rudimentar e nas capacidades manuais do artífice. Também pertence ao passado a existência de fábricas com técnicas mais ou menos desenvolvidas com semelhantes capacidades de comprar e vender mercadorias, de angariarem mão-de-obra, de obterem créditos, etc.

Desde o início do século que na generalidade dos países capitalistas se assiste ao surgimento e crescimento de grandes empresas industriais e bancos que usufruem de uma situação privilegiada no mercado, impondo no sector em que actuam, a sua vontade toda poderosa: criam bens e necessidades, impõem preços, captam pequenas e médias poupanças, absorvem e estipulam o crédito, etc.

Continuando a existir a pequena e média empresa, coabitando muitas vezes com formas arcaicas de actividade económica, particularmente na agricultura, podendo existir aqui e além minimercados em que todos intervêm de igual forma, no conjunto da economia de cada país capitalista quer desenvolvida quer subdesenvolvida, são os monopólios que dominam, assim como o são no conjunto da economia capitalista mundial:

— Os activos líquidos das 500 multinacionais (empresas monopolistas com tentáculos em diversos países) mais poderosos do mundo, radicadas principalmente nos Estados Unidos, ultrapassam os 250 000 milhões de dólares, no ano

(CONTINUA NAS PÁGINAS CENTRAIS)

SÓ AGORA O GOVERNO PROVISÓRIO ESTÁ A SER PRESSIONADO NUM SENTIDO ANTIMONOPOLISTA

— afirmou-se numa sessão
do M. F. A. em VALBOM

Dentro da Campanha de Dinamização Cultural, promovida pelo M. F. A. em vários pontos do país, realizou-se no dia 12, na Escola Dramática e Musical Valboense (Porto), uma sessão sobre o Programa do M. F. A., orientada por elementos do mesmo. A sala estava cheia de gente, que viu com admiração, espanto e certamente revolta, os filmes que foram projectados antes do debate, sobre o 1.º de Maio, o Forte de Peniche, o 25 de Abril e outras manifestações populares. A análise do Programa do M. F. A. foi feita por vários oficiais do Movimento que abordaram separadamente os seus aspectos políticos, económico, social e o problema da descolonização.

TOMADA DE CONSCIÊNCIA DOS OFICIAIS DO M. F. A.

A título de introdução a esta sessão de esclarecimento com diálogo na parte final, um elemento do M. F. A. declarou, sobre a origem do Movimento:

As Forças Armadas sempre foram o apoio mais importante do regime anterior, além de serem o instrumento da guerra em África. É fundamentalmente o início da guerra, com o aumento do desprestígio das Forças Armadas, que começa a consciencializar os militares e faz com que alguns comecem a verificar que não estavam ao serviço do Povo mas duma minoria. Por outro lado, a via para o problema africano não era a guerra.

(Mais adiante, um outro oficial do M. F. A. explicava: «é que a guerrilha corresponde à vontade popular de libertação e como tal não pára» — e exemplificava

(CONTINUA NA PÁGINA 5)



«Os problemas dos trabalhadores não serão resolvidos nas suas costas!»

Os oitocentos e cinquenta trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto, que através

da sua Comissão Sindical têm tentado por todos os meios justos, acabar com as injustiças de que são alvo, vêm com apreensão a demora que se está a verificar no saneamento de dois directores já afastados daquele organismo, mas ainda a assinarem as folhas de pagamento, contra as decisões dos trabalhadores aprovadas em assembleias magnas e plenárias.

Os trabalhadores mantêm-se intransigentes nas suas reivindicações e por seu lado a Comissão Sindical afirma que os problemas dos trabalhadores e neste caso dos trabalhadores dos S. M. G. E., não serão nunca resolvidos nas suas costas!

Os trabalhadores reivindicam em primeiro lugar o saneamento de dois elementos

— O que está em causa para os trabalhadores destes serviços, não são

(CONTINUA NA PÁGINA 10)

RESTABELECIMENTO DO COMBOIO DO VALE DO VOUGA

UMA POLÍTICA DE TRANSPORTES AO SERVIÇO DO POVO

Para um dos números da «Independência d'Águeda» dos fins do ano passado escreveu-se o seguinte:

«Já lá vai cerca de meio ano e as gentes do Vale do Vouga continuam sem resposta a dois grandes problemas surgidos aquando do grande incêndio de Agosto do ano passado: A EXTINÇÃO

DO COMBOIO DO VALE DO VOUGA E AS INDEMNIZAÇÕES AOS PROPRIETÁRIOS. PORQUE

Pergunta-se: PARA QUE SERVEM OS DEPUTADOS DA NAÇÃO, já que ao menos desses, escolhidos por círculos

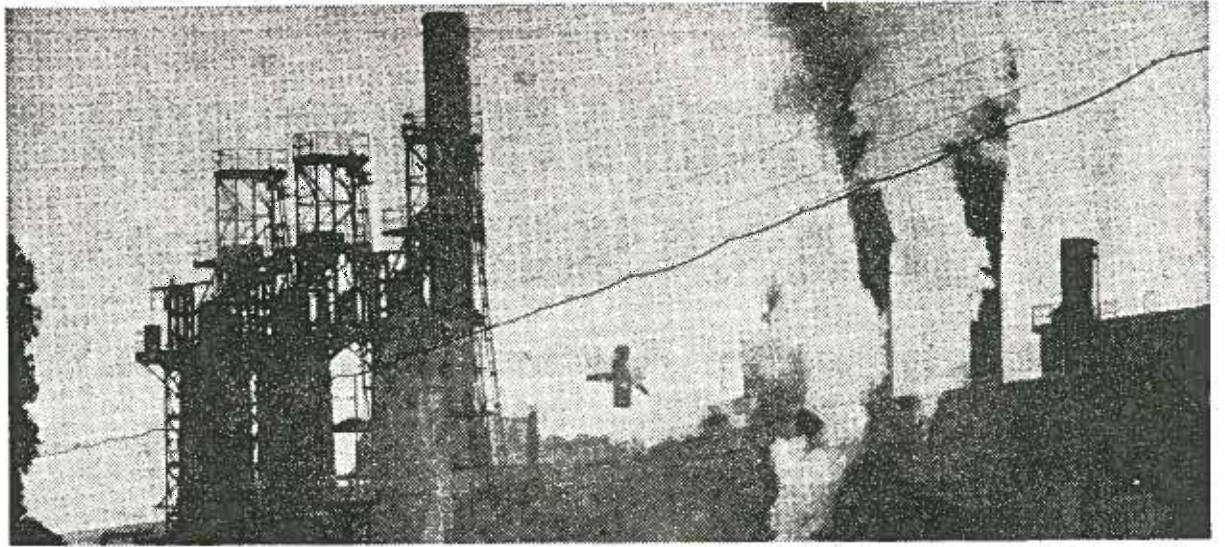
(CONTINUA NAS PÁGINAS CENTRAIS)

(CONTINUADO DA 1.ª PÁGINA)

passado, soma esta que representa o triplo das reservas monetárias conjuntas dos Estados Unidos, Alemanha Federal e Grã-Bretanha

— Segundo os dados da O.N.U., os 300 monopólios internacionais mais importantes concentram à volta de 22 % do produto nacional bruto dos países capitalistas desenvolvidos no seu conjunto. Em 1972 a produção industrial das filiais estrangeiras dos monopólios internacionais (370 000 milhões de dólares) ultrapassou o volume das exportações capitalistas mundiais. A produção industrial das empresas colocadas no estrangeiro pertencentes aos monopólios americanos representa quatro vezes a exportação dos Estados Unidos» (Revista Internacional n.º 2 ed. port.).

Esta situação teria inegavelmente



O ESTADO E A ACTIVIDADE ECONÓMICA

que surgir em Portugal, como país capitalista que é mas desde o seu nascimento teve aspectos particulares, pois não resultou apenas de uma evolução das forças produtivas — aquisição e aplicação de novas técnicas — mas de uma imposição coerciva do fascismo. «Em 1928 a pequena e a média burguesia ainda tinham um peso considerável na indústria, no comércio, na própria banca. Na maior parte dos ramos industriais estava ausente o domínio monopolista. O capital bancário e o capital industrial ainda se não tinham fundido tão intimamente que assegurassem para si o controlo da vida económica nacional. Instaurando o governo fascista o grande capital passou a impor com a força terrorista do Estado a defesa dos seus interesses (Programa do P.C.P., pág. 27).

Capitalismo Monopolista de Estado

2. A etapa do capitalismo que acabamos de referir, o imperialismo, não aparece de forma idêntica em todos os países: uns são as metrópoles imperialistas com um elevado grau de desenvolvimento — E. U. A., Grã-Bretanha, República Federal Alemã, França, etc. — e outras regiões de subdesenvolvimento, podendo-se considerar algumas situações intermédias. Graus de desenvolvimento diferentes que formam um todo: as nações pobres são riquezas das ricas.

Assiste-se a um desenvolvimento desigual do capitalismo em cada país.

Também não se manteve ao longo dos anos da mesma forma. Os monopólios aumentam o seu poder. No capitalismo desenvolvido assiste-se a uma actividade crescente do Estado na vida económica, situando-se o grande impulso inicial durante a crise de 1929/32 que abalou todo o mundo capitalista: falências em massa, excesso de mercadorias não absorvidas a nenhum preço e fome, massivo e descontentamento das massas populares, falta de confiança dos capitais, redução brutal da produção, desemprego listas no futuro, revolta nos operários.

O Estado ao intervir procura salvar o capitalismo mas a única forma de o fazer é apoiando os seus senhores e donos: os monopólios. Simultaneamente estes dominam cada vez mais o aparelho de Estado

As formas concretas de reunião do poder dos monopólios ao do Estado e de intervenção do Estado são abundantíssimas: manutenção de regímenes coloniais e neocoloniais, cooperação na exportação e importação de capitais, despesas improdutivas, coacção à nação de empréstimos às grandes empresas, investimentos nas infraestruturas e sectores de baixa ou negativa rentabilidade, garantia de mercados, empresas privadas financiadas publicamente, subsídios, regimes tributários especiais, complementarização do sector bancário por actividades de financiamento, etc.

Quem beneficia no essencial da actividade do Estado em capitalismo monopolista de Estado são os monopólios — as actividades sociais daquele resultam da correlação de força das diversas classes sociais e das necessidades impostas pela boa conservação da mão-de-

obra (força de trabalho) — mas, pela própria natureza da obtenção de recursos pelo Estado é em grande parte as classes trabalhadoras quem a financia (desde os impostos à inflação).

A passagem do capitalismo monopolista ao capitalismo monopolista de Estado resulta do acentuado carácter social da produção, das situações difíceis em que o capitalismo se encontra pelo agravamento das suas contradições. O capital constante atingiu tal volume e a produção global de maisvalia tais limites que já não basta os monopólios arruinarem as pequenas e médias empresas para que tenham lucro. É necessário que o Estado, financiado pela Nação, promova acumulação de capital não lucrativo salvando o próprio capitalismo e a economia do país, permitindo que os grandes senhores da economia tenham lucros fabulosos.

Fascismo e Capitalismo Monopolista de Estado

3. Desde o início do fascismo que o Estado actuou ao serviço dos monopólios nacionais e estrangeiros e dos latifundiários. Para tal criou as estruturas políticas que aqueles necessitavam para dominarem (organização corporativa, por exemplo), impôs medidas coercivas contra os sectores não monopolistas (ex.: Lei de Fomento Nacional), tornou a força de trabalho numa mercadoria de baixo preço (ex.: proibindo sindicatos livres), concedeu facilidades especiais aos monopólios (ex.: isenção de impostos), etc.

A evolução da economia, os entraves que os monopólios encontram na continuação de obtenção de fabulosos

lucros, em grande parte resultante das contradições e estrangulamento que foram agravados pelo próprio fascismo (ex.: falta de mercado interno, reduzido mercado externo e viragem para esse da produção), e factores políticos tais como a guerra colonial, fizeram com que o Estado viesse a aumentar a sua actuação directa.

Quer-se com isto dizer que sempre o fascismo foi unha com carne com os monopólios mas só numa segunda parte da sua existência existiu o capitalismo monopolista de Estado em Portugal: «Nos últimos anos (do fascismo) verificou-se ainda a passagem a uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo monopolista, o capitalismo monopolista de Estado. O Estado interveio em todos os aspectos da vida económica, fundiu o seu poder com o poder dos monopólios já dominantes, pôs ao seu serviço todos os meios de Estado, constituindo com eles um «mecanismo único» (Programa do P. C. P., pág. 29).

É difícil determinar uma data desta viragem qualitativa por duas razões principais: deficiência da organização estatística no nosso país e própria natureza do fenómeno. Quanto a este resíduo do aspecto qualitativo do capitalismo monopolista de Estado (integração Estado-monopólios) sempre ter existido e estar-se faz essencialmente a um problema quantitativo de certas grandezas que, tirando alguns casos excepcionais teve um aumento progressivo ao longo dos anos.

Utilizando os conceitos económicos burgueses que estão na base da elaboração das estatísticas, parecem nos relevantes os seguintes dados em percentagens (a preços correntes):

Despesas correntes do Estado no conjunto das despesas de consumo	1952	11,33
	1961	13,70
	1962	15,11
	1972	16,38
Formação Bruta de Capital Fixo da Administração Pública no conjunto da F.B.C.F.	1952	13,36
	1962	13,97
	1963	16,96
	1972	20,46
(foi maior em 1969)		
Receitas correntes da Administração (Central e Públicas) no Rendimento Nacional	1952	21,23
	1970	28,97
	1972	27,49
Montante global das despesas do Orçamento Geral do Estado no Rendimento Nacional	1960	14,44
	1965	19,29
	1969	21,75
	1972	20,88
Subsídios do Estado a empresas no Produto Nacional Bruto a preços do Mercado	1938	0,38
	1971	1,50
Parte do Rendimento Nacional criado no sector público	1952	7,17
	1968	13,61
	1972	14,52
Parte do Produto Nacional criado nas empresas públicas	1947	1,57
	1970	12,14
	1972	12,36
	(no essencial é em sectores improdutivos)	

Dois impulsos no Capitalismo Monopolista de Estado Fascista

Podemos concluir que os dados apontam para a existência de capitalismo

monopolista de Estado durante o regime fascista e existem dois períodos de impulso: o primeiro situa-se nos anos de início da guerra colonial e o segundo nos primeiros anos de «marcelismo». Como elemento fulcral em 1961/63

temos a guerra colonial que, por um lado, impôs, pela sua própria existência, um aumento da importância do Estado em determinados aspectos e, por outro, as dificuldades criadas exigiam uma intervenção diferente, que se realizou, apesar dos recursos para a guerra serem imensos e prioritários, na óptica fascista, e o país estar numa situação caótica

Nos anos 1968/70 os factores que determinaram o novo impulso foram vários e não temos aqui possibilidades de escaloná-los por ordem de importância. Temos o agravamento das contradições do capitalismo português por situações de feitura que já vinham de antes, particularmente de 1961-67 e a situação política do «marcelismo» que, acompanhando a demagogia «liberalizante» procurou dar uma «nova» ordenação aos interesses do capital. Temos igualmente o agravamento do capitalismo monopolista em quase todos os países da Europa e a sensibilidade da nossa economia aos processos externos, particularmente em períodos de reforço das nossas ligações ao capitalismo europeu.

Grupos Monopolistas

4. Também os monopólios nacionais e estrangeiros e os latifúndios evoluíram. É clara a estreita relação entre latifúndios e monopólios, a identidade de propriedade de uns e outros, assim como é nítida a interligação apertada entre capital estrangeiro e nacional, a qual se processa quer pelos investimentos directos e indirectos, quer pelos empréstimos e relações da banca portuguesa com a estrangeira, quer pela introdução de técnicas. Se alguém gozou de certa autonomia foi o capital monopolista estrangeiro.

Além disso os monopólios de um determinado sector estão em estreita relação com os monopólios de outros sectores quer pelo próprio processo concorrencial quer, determinadamente, pela propriedade das acções de uns e outros. Estamos já não perante monopólios actuando isoladamente mas grupos monopolistas em que se verifica o domínio de capital de umas empresas por outras, grande importância dos bancos nessa centralização capitalista, posse maioritária do capital de diversos monopólios pela mesma pessoa ou família. De facto «um número insignificante de famílias têm nas suas mãos a maior parte dos recursos, das riquezas, dos capitais, das terras, das alavancas da vida económica e financeira nacional».

Condições objectivas para uma rápida democracia económica

5. Estes factos criam condições favoráveis à instauração de uma profunda democracia em Portugal, que incluía o sector económico, a partir do momento em que o Estado esteja nas mãos das massas populares e, portanto, vise servir estas.

O carácter fortemente centralizado do domínio monopolista sobre o conjunto da economia, a centralização em grupos monopolistas cujo capital está na posse de um grupo restrito, criam excelentes condições para um rápido controlo da economia pelo Estado Democrático. Para tal basta, num primeiro passo, uma política antimonopolista bem dirigida e que apenas afecte um grupo muitíssimo limitado de grandes senhores.

Um outro factor que na fase do capitalismo monopolista de Estado cria condições favoráveis a essa intervenção democrática é o próprio grau de actividade económica e intervenção que cabe ao Estado, hoje ao serviço dos monopólios, amanhã do povo.

(CONTINUA)